

Setor público é que tem as maiores distorções

Enquanto o servidor pode ganhar até 14 mínimos, trabalhador da iniciativa privada recebe apenas 1,7

• **BRASÍLIA.** O Governo Federal resolveu endurecer com servidores ativos e inativos no Plano de Estabilização Fiscal porque as maiores distorções do sistema previdenciário brasileiro estão no setor público. Enquanto os trabalhadores da iniciativa privada que se aposentam pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) recebem, em média, 1,7 salário-mínimo, os servidores inativos da União ganham 14 mínimos — oito vezes mais. No Legislativo, a média dos valores corresponde a 36,8 mínimos, enquanto no Judiciário atinge 34,7 mínimos.

Os gastos também são discrepantes. O Governo gasta muito com os servidores públicos inativos e arrecada muito pouco com as contribuições dos ativos para cobrir as despesas do sistema previdenciário. Os gastos anuais da União são de R\$ 20,9 bilhões contra R\$ 2,6 bilhões de arrecadação de contribuições. O prejuízo anual da Previdência é de R\$ 42 bilhões, dos quais apenas R\$ 7,8 bilhões são usados no pagamento de aposentados e pensionistas do regime privado, que somam 18 milhões de beneficiários. Já os 905 mil funcionários públicos aposentados causam um déficit de R\$ 18 bilhões aos cofres públicos.

A situação se agrava a cada ano. Em 1996, por exemplo, o INSS gastou R\$ 42,6 bilhões na manutenção de benefícios para 16,6 milhões de aposentados e pensionistas da iniciativa priva-

da. Os benefícios previdenciários do setor público federal consumiram R\$ 16,6 bilhões para financiar apenas 873 mil inativos. Ou seja, 4,5% do total de aposentados do País consumiram 17% do total de gastos destinados ao setor.

Regimes permitem acumular até várias aposentadorias

Não é à toa que o Governo escolheu os servidores públicos como alvos da reforma previdenciária que está no Congresso. Os diferentes regimes e critérios de aposentadoria permitiram que funcionários se aposentassem duas, três e até quatro vezes e voltassem a ocupar cargo público. A acumulação de aposentadorias com a remuneração da atividade gerou supersalários de marajás do serviço público. Entre os servidores públicos da União, 82% dos que ultrapassaram o teto de R\$ 8 mil são aposentados e pensionistas. Tais distorções são mais gritantes nos regimes previdenciários dos estados, onde há quem receba até R\$ 30 mil por mês. Segundo o Ministério da Previdência, o serviço público brasileiro era até pouco tempo atrás o único do mundo a pagar mais ao aposentado do que ao servidor em atividade. Por conta de regimes diferenciados e de artifícios embutidos nas leis da União e dos estados, muitos funcionários públicos tiveram garantia de incorporação de um adicional no momento da aposentadoria. ■